



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



PARECER N° 033/2025 – CRJ.

ASSUNTO: Projeto de Lei n° 036/2025 de autoria do Poder Executivo Municipal:

“Ratifica a redação do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR) e autoriza o ingresso do Município no referido Consórcio.”

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

I. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária n° 36/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que tem por objetivo precípuo a ratificação do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR), bem como a autorização para o ingresso formal do Município de Manfrinópolis/PR como membro consorciado.

A finalidade da proposição é viabilizar a gestão associada de serviços públicos de saneamento básico, com foco na área de resíduos sólidos, por meio da participação no "Programa de Gestão de Resíduos Sólidos (GRS)" em parceria com a ITAIPU Binacional e Itaipu Parquetec. A adesão implica um investimento anual de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 700,00 (setecentos reais).

O Projeto de Lei fundamenta-se na Lei Federal n° 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e no Decreto Federal n° 6.017, de 22 de outubro de 2007, que a regulamenta, encontrando amparo também no Art. 241 da Constituição Federal de 1988, que possibilita a cooperação federativa para a gestão associada de serviços públicos.

II. ANÁLISE JURÍDICA E DE CONSTITUCIONALIDADE

Constitucionalidade

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 241, autoriza expressamente a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



disciplinarem, por meio de lei, a gestão associada de serviços públicos. Tal dispositivo confere o necessário suporte constitucional para a formação de consórcios públicos e para a adesão dos entes federativos a eles, como é o caso do Município de Manfrinópolis ao CISPAP.

Ademais, o Art. 30, incisos I, V e IX, da Carta Magna atribui aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o saneamento básico. A Lei nº 11.107/2005, que rege os consórcios públicos, encontra-se em plena sintonia com essas prerrogativas constitucionais, ao permitir que os Municípios exerçam suas competências de forma compartilhada e otimizada.

A iniciativa está igualmente em consonância com a Constituição do Estado do Paraná, que segue os preceitos da Constituição Federal quanto à autonomia municipal e à possibilidade de cooperação interfederativa, e com a Lei Orgânica do Município de Manfrinópolis, que não apresenta óbices a essa forma de gestão associada, desde que observados os requisitos legais.

Legalidade

O Projeto de Lei em análise atende aos requisitos de legalidade exigidos para a matéria. A iniciativa do Poder Executivo para a proposição de lei que visa a ratificação de contrato de consórcio público é a via adequada, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

A Lei Federal nº 11.107/2005, em seu Art. 4º, §1º, estabelece que a autorização para a celebração de consórcios públicos, bem como a ratificação do protocolo de intenções (que se converte no contrato de consórcio), deve ocorrer por meio de lei municipal. Assim, o rito adotado pelo Município de Manfrinópolis está em estrita conformidade com a legislação federal aplicável. O Decreto Federal nº 6.017/2007, por sua vez, regulamenta aspectos operacionais e financeiros dos consórcios, que deverão ser observados na execução das atividades.

O CISPAP, enquanto associação pública de direito público, é uma entidade legalmente constituída para atuar na gestão associada de serviços públicos, conferindo a segurança jurídica necessária para a adesão do Município de Manfrinópolis.

Técnica Legislativa do Projeto de Lei

A Comissão de Redação e Justiça analisou a estrutura formal do Projeto de Lei, incluindo sua ementa, artigos, justificativa e anexos. A redação apresenta-se clara, concisa e precisa, cumprindo os preceitos da Lei Complementar nº 95/98, que estabelece as normas para a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Os dispositivos sobre a abertura



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



de créditos adicionais, conforme Art. 3º do PL, encontram-se adequados e dentro dos parâmetros legais para o ajuste orçamentário necessário à despesa decorrente da adesão.

Mérito Administrativo

A adesão ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR) representa uma iniciativa de grande relevância e mérito administrativo para o Município de Manfrinópolis, que, sendo de pequeno porte, com economia rural e baseada na agricultura familiar, enfrenta desafios singulares na gestão de serviços públicos complexos como o saneamento básico, em particular o de resíduos sólidos.

A participação em um consórcio público oferece a Manfrinópolis a oportunidade de usufruir de:

- **Economia de escala:** diluição de custos operacionais e administrativos entre os municípios consorciados.
- **Expertise técnica:** acesso a conhecimentos especializados e equipes multidisciplinares que seriam inviáveis para um município pequeno manter individualmente.
- **Acesso a recursos:** facilitação na captação de recursos federais, estaduais e de parcerias com entidades como a ITAIPU Binacional, para a implementação de programas e projetos de melhoria da gestão de resíduos sólidos.

O objeto do convênio, focado na gestão de resíduos sólidos por meio do Programa GRS, é de suma importância para a saúde pública, a proteção ambiental e a sustentabilidade de nosso município, impactando diretamente a qualidade de vida da nossa população. A participação em assembleias gerais do consórcio, onde cada município tem voz e voto, é um mecanismo fundamental para garantir a representatividade dos interesses de Manfrinópolis e a adequação dos serviços às nossas peculiaridades.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto e após minuciosa análise dos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa, esta Comissão de Redação e Justiça opina favoravelmente pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Ordinária nº 36/2025.

Entendemos que a proposição atende plenamente aos requisitos de constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa, apresentando-se como um instrumento válido e eficaz para o avanço das políticas de saneamento em nosso Município. A adesão ao CISPAR é uma medida estratégica que promete trazer benefícios concretos para Manfrinópolis,



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

—

CNPJ: 02.015.603/0001-92



otimizando a gestão de resíduos sólidos e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de nossa comunidade.

Recomendamos que o Poder Executivo Municipal mantenha um acompanhamento ativo e vigilante da participação do Município no consórcio, garantindo que os interesses de Manfrinópolis sejam sempre defendidos e que os resultados esperados sejam efetivamente alcançados, com a devida prestação de contas à Câmara Municipal sobre as atividades e impactos do consórcio.

Manfrinópolis, em 20 de outubro de 2025


ELIZÂNGELA FONSECA DE OLIVEIRA

PRESIDENTE


JOSÉ JOÃO MACHADO FILHO

RELATOR


FERNANDA DA ROSA

SECRETÁRIA